



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 44/XV/1.ª SL

Aos 15 dias do mês de março de 2023, pelas 11 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 10 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 42 e 43, de 7 e 8 de março de 2023;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Deliberação sobre a admissibilidade da [Petição n.º 113/XV/1.ª](#) — Pela reparação das injustiças aplicadas aos cidadãos reformados em 2022, da iniciativa de Manuel António de Araújo Machado, com 2 assinaturas;**
4. **Discussão e votação dos seguintes requerimentos:**
 - A) **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, com carácter de urgência, sobre o licenciamento e a fiscalização dos lares e a criação de opções à institucionalização;**
 - **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre o licenciamento e fiscalização de lares, o investimento do PRR em respostas sociais e o plano de ação para a longevidade e envelhecimento ativo e saudável;**
 - **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para disponibilização de documentação à Assembleia da República e audição urgente da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre a eficácia das ações de acompanhamento e das ações de fiscalização da Segurança Social a ERPIs, o respetivo licenciamento e a criação de opções à institucionalização;**
 - B) **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição, com carácter de urgência, da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), do STAD - Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversos e dos representantes legais da empresa Vigiexpert – prevenção e vigilância privada, Lda., sobre as situações de assédio laboral na empresa Vigiexpert, Lda.;**
5. **Outros assuntos.**

A Senhora Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Isabel Meirelles, cumprimentou as Senhoras e os Senhores Deputados, entrando-se de seguida na apreciação da Ordem do Dia.

1. Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 42 e 43, de 7 e 8 de março de 2023;

As atas identificadas foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar (GP) da IL.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 44/XV/1.ª SL

A Senhora Presidente anunciou que havia baixado à Comissão o Projeto de Lei n.º 628/XV/1.ª (CH) - *Altera a Lei que aprova o Alargamento Progressivo da Gratuidade das Creches e das amas do Instituto da Segurança Social IP, assegurando uma compensação às famílias não contempladas*, cuja discussão na generalidade estava já agendada para sexta-feira, 24 de março. Foi nomeada como autora do respetivo parecer a Senhora Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS), assim como para o Projeto de Lei n.º 626/XV/1.ª (PAN) - *Altera a Lei n.º 2/2022, de 3 de janeiro, por forma a clarificar os termos da gratuidade da frequência da creche e a prioridade de admissão das crianças com irmãos a frequentar a creche abrangida por esta medida*, sobre a mesma matéria, e que, entretanto, dera entrada na Comissão. Já para o Projeto de Lei n.º 647/XV/1.ª (PCP) - *Reforço dos direitos de maternidade e de paternidade* foi designada como relatora a Senhora Deputada Paula Reis (PS). O GP do PSD ficou ainda de indicar a quem caberia elaborar o parecer do Projeto de Lei n.º 648/XV/1.ª (CH) - *Prevê a contabilização dos períodos de cuidados domésticos para efeitos de reforma*, revelando posteriormente que tal caberia à Senhora Deputada Helga Correia (PSD).

Por outro lado, deu-se igualmente nota que o Projeto de Lei n.º 643/XV/1.ª (BE) - *Garante o acesso ao regime contributivo da segurança social a advogados, solicitadores e agentes de execução* havia baixado à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com conhecimento à CTSSI.

Por fim, o GP do PS sinalizou que o Projeto de Resolução n.º 529/XV/1.ª (PS) - *Recomenda ao Governo que institua o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual* deveria ser alvo de discussão em Plenário.

3. Deliberação sobre a admissibilidade da Petição n.º 113/XV/1.ª — Pela reparação das injustiças aplicadas aos cidadãos reformados em 2022, da iniciativa de Manuel António de Araújo Machado, com 2 assinaturas;

A petição em epígrafe foi admitida por unanimidade, na ausência do GP da IL, com a aprovação da respetiva nota de admissibilidade, o que determina a conclusão do processo de apreciação, nos termos do n.º 13 do artigo 17.º da Lei de Exercício do Direito de Petição (Lei n.º 43/90, de 10 de agosto).



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 44/XV/1.ª SL

4. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

A) Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, com carácter de urgência, sobre o licenciamento e a fiscalização dos lares e a criação de opções à institucionalização;

- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre o licenciamento e fiscalização de lares, o investimento do PRR em respostas sociais e o plano de ação para a longevidade e envelhecimento ativo e saudável;

- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para disponibilização de documentação à Assembleia da República e audição urgente da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre a eficácia das ações de acompanhamento e das ações de fiscalização da Segurança Social a ERPIs, o respetivo licenciamento e a criação de opções à institucionalização;

A Senhora Presidente começou por perguntar se havia objeções ao arrastamento para esta discussão do requerimento do GP do PCP sobre a mesma temática - com a particularidade de demandar adicionalmente a audição do Instituto de Segurança Social (ISS) -, e que havia sido incluído no ponto dedicado aos Outros Assuntos por ter dado entrada já depois de enviada a convocatória para a reunião. Não se verificando nenhuma oposição, foi concedida a palavra à Senhora Deputada Carla Castro (IL), que lembrou que esta questão já fora abordada na audição regimental da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) da última semana, assim como esclareceu que o âmbito não se cingia às situações recentemente noticiadas, estendendo-se ao licenciamento e fiscalização de todas as unidades residenciais para idosos. Constatou ainda que a multiplicidade de requerimentos em debate demonstrava a transversalidade do tema, recordando que o GP da IL vinha tomando posição e apelando a que todos os partidos se mantivessem ativos e vigilantes, dado o crescente envelhecimento populacional.

Seguiu-se a intervenção da Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS), que sublinhou que o Governo interveio de imediato no Lar Delicado Raminho, na Lourinhã, impondo o seu encerramento. Ainda assim, defendeu que o caso motivava uma análise focada nas condições de licenciamento e fiscalização dos lares, o que proporcionaria uma reflexão mais alargada sobre, entre outros, o investimento previsto no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário, os apoios extraordinários para fazer face ao aumento dos custos decorrentes da evolução da inflação e o Plano de Ação para a Longevidade e Envelhecimento Ativo e Saudável. Por sua vez, a Senhora Deputada Helga Correia (PSD) ressaltou que também o seu Grupo Parlamentar solicitara esclarecimentos durante a audição regimental da Senhora



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 44/XV/1.ª SL

MTSSS, que não se revelaram suficientes, pelo que por ora requeriam uma audição específica, bem como a disponibilização da documentação referente às ações de acompanhamento e de fiscalização realizadas mais recentemente nas instituições em crise. Posto isto, lembrou que o GP do PSD acompanhava com preocupação esta realidade, formulando projetos de resolução e perguntas ao Governo, sendo assim fundamental ouvir a Senhora Ministra, até porque, segundo as notícias vindas a público, a Segurança Social já acompanhava a situação do Lar Delicado Raminho, encaminhando inclusive doentes com alta hospitalar para esta instituição.

Foi então concedida a palavra ao Senhor Deputado Manuel Loff (PCP), que secundou a urgência da vinda da Senhora MTSSS à Comissão, até porque o problema se agravava com a pandemia de covid 19, que revelava um conjunto de dificuldades estruturais, o que deveria motivar uma reflexão integrada. Isto posto, fez referência às recentes iniciativas do seu Grupo Parlamentar, explicando que se pretendia ouvir a Senhora Ministra e a Senhora Presidente do Instituto de Segurança Social.

Já o Senhor Deputado Francisco César (PS), adiantando que votariam a favor de todos os requerimentos, considerou que, garantindo-se a presença da Senhora MTSSS, que exercia a respetiva tutela nesta área, não parecia fazer muito sentido demandar a audição do tutelado ISS, que até só fora referido pelo GP do PCP na última frase da sua intervenção. Ainda assim, e tendo em vista a recolha do máximo de informação possível, completou que não se oporiam à audição de ambas as responsáveis.

Nestes termos, e submetidos a votação, todos os requerimentos foram aprovados por unanimidade.

B) Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para audição, com carácter de urgência, da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), do STAD - Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversos e dos representantes legais da empresa Vigiexpert – prevenção e vigilância privada, Lda., sobre as situações de assédio laboral na empresa Vigiexpert, Lda.;

Também a Senhora Deputada Isabel Pires (BE) procedeu à apresentação do requerimento do GP do BE, constatando que a situação era de conhecimento público e acrescentando que tinham ficado preocupados com a resposta parcial recebida do MTSSS, justificando-se assim a vinda à Comissão das entidades elencadas, procurando-se soluções. Por conseguinte, concretizou que se tratava de um vigilante

Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 44/XV/1.ª SL

que era vítima de evidentes abusos laborais, sem que a ACT detetasse, no local, nenhuma ilegalidade nas condutas adotadas pelo empregador.

Não se registando a intervenção de nenhum outro Grupo Parlamentar, o requerimento foi de igual modo aprovado por unanimidade.

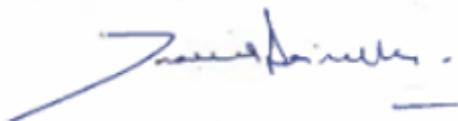
5. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD), na qualidade de Coordenadora do Grupo de Trabalho – Inclusão e Direitos das Pessoas com Deficiência (GT-IDPD), descreveu de forma abreviada a visita encetada na véspera - terça-feira, 14 de março -, ao Centro de Apoio à Vida Independente (CAVI) de Évora e à Coração Delta - Associação de Solidariedade Social (Grupo Nabeiro), em Campo Maior. Com efeito, referiu que se tratava de uma deslocação há muito agendada, aproveitando-se o dia para visitar estas duas instituições. Assim, se em Évora tinha sido possível contactar diretamente com os utentes e seus assistentes pessoais, que deixaram sugestões de alteração ao regime jurídico, em Campo Maior a visita esteve mais direcionada para a área da educação, da perspetiva da inclusão e das crianças com necessidades educativas especiais. Por último, registou que este acompanhamento teria continuação numa Conferência dedicada à monitorização dos Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI), provisoriamente apontada para abril de 2023, e que seria oportunamente divulgada por todos os Senhores Deputados.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de março de 2023.

A PRESIDENTE



(ISABEL MEIRELLES)



Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

ATA NÚMERO 44/XV/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Cristina Mendes da Silva (PS)
Cristina Sousa (PS)
Gilberto Anjos (PS)
Jorge Gabriel Martins (PS)
Marta Freitas (PS)
Paula Reis (PS)
Rita Borges Madeira (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Sérgio Monte (PS)
Clara Marques Mendes (PSD)
Emília Cerqueira (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Maravilha (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Carla Castro (IL)
Manuel Loff (PCP)
Isabel Pires (BE)
Francisco César (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Gabriela Fonseca (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)
Joana Barata Lopes (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:
